

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 950, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 1º-D do art. 13, modificado pelo art. 3º da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, a seguinte redação:

“Art. 13.

.....

§ 1º-D. Fica a União autorizada a destinar recursos para a CDE, para cobertura dos descontos tarifários previstos no art. 1º-A da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, relativos à tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, **dos dividendos a serem pagos pela Eletrobrás à União no ano de 2020, referentes ao exercício de 2019.**”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo incluir os dividendos a serem pagos pelo Eletrobras à União, referentes ao exercício de 2019 e pagos em 2020, na autorização para a destinação de recursos para a CDE. É um forma de ampliar os recursos necessários à cobertura dos descontos tarifários previsto pela MP.

Entendemos que o desconto durante o estado de calamidade é medida essencial para garantir que o acesso ao serviço de energia não seja



prejudicado justamente em momento em que são necessários todos os esforços para a manutenção das recomendações de distanciamento social. As pessoas estão em suas casas e, em sua maioria, com a renda reduzida ou comprometida. Justo, portanto, que o desconto se efetive durante este período e que haja a destinação de recursos compatível com o volume previsto para a cobertura dos descontos.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 2020.



Deputada **JANDIRA FEGHALI**
PCdoB-RJ